

*Cidades históricas do estado de Goiás, Brasil:
uma agenda de pesquisa*

*Historical cities of goias state, brazil:
a research agenda*

*Ciudades históricas del estado de goiás, brasil:
una agenda de investigación*

Everaldo Batista da Costa
Universidade de Brasília
everaldocosta@unb.br

Valdir Adilson Steinke
Universidade de Brasília
valdirs@unb.br

Resumo

Ante o entendimento conceitual de cidade histórica como *objeto concreto e simbólico do vir a ser de um território que é material e é imaginado*, este trabalho visa apresentar quatro pontos basilares para uma agenda de pesquisas sobre as cidades históricas do estado de Goiás (GO). Estas questões resumem-se: na sinergia do circuito das cidades históricas goianas; no imaginário construído sobre e em cada uma dessas cidades; na refuncionalização patrimonial histórica do acervo indicado; e nas relações existentes entre as comunidades e os agentes da preservação/mercantilização dos bens culturais apontados. Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Jaraguá, Pilar de Goiás e Cidade de Goiás são os objetos desta pesquisa de aproximação.

Palavras-chave: cidades históricas goianas; patrimônio cultural; preservação; turismo.

Abstract

Before the conceptual understanding of the historical city as a concrete object and symbolic of becoming a territory that is material and it is pictured, this work aims to present four basic points to an agenda for research on the historical cities of the state of Goiás (GO). These issues are summarized as: the synergy of the circuit of Goiás historical cities, in the imagination and built on each of these cities; refuncionalization the historical heritage of the collection indicated, and relations

between communities and agents of preservation / commercialization of the goods culture traits. Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Jaragua, Pilar de Goiás and Cidade de Goiás are the objects of this research approach.

Key Words: Goiás historical cities; cultural heritage, conservation, tourism.

Resumen

Antes de la comprensión conceptual de la ciudad histórica como un objeto concreto y simbólico de convertirse en un territorio que es material y que es imaginado, este trabajo tiene como objetivo presentar cuatro puntos básicos para una agenda de investigación en las ciudades históricas del estado de Goiás (GO). Estas cuestiones se resumen: la sinergia del circuito de ciudades históricas goianas; en la imaginario construido en cada una de estas ciudades; en refuncionalización del patrimonio histórico de la colección; y las relaciones entre las comunidades y los agentes de la preservación/comercialización de los bienes culturales. Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Jaragua, Pilar de Goiás y Cidade de Goiás son los objetos de investigación.

Palabras clave: Goiás ciudades históricas, patrimonio cultural, la preservación y el turismo.

Preâmbulo: o conceito de *cidade histórica* e o prenúncio de um objetivo acadêmico

Toda cidade faz-se produto da história, do vir a ser universal que a constitui enquanto obra de arte, coletiva ou particularmente. As cidades antigas brasileiras são tratadas desta forma – como *ciudades históricas* – no contexto da busca estatal por elementos de representação da nação, o que se deu na década de 1930. Buscaram-se, naquele instante, particularidades geográficas, históricas e artísticas que se correlacionavam ao processo de formação do território e, por assim dizer, de sua dominação, exploração e complexização – o barroco mineiro fora eleito como elemento desta projeção nacional. As cidades históricas brasileiras são anunciadas, assim, por meio de uma ideologia espacial da consagração da própria nação, onde o território foi assimilado apartando-se aqueles que, historicamente, o habitaram e o produziram em germe. Foram resgatados lugares e objetos símbolos que demarcavam o papel das elites urbanas e rurais pretéritas que forjaram esta mesma nação. Relegaram-se ao esquecimento, neste movimento de busca da identidade da nação, os negros, os indígenas, seus modos de vida e sua importância no soerguimento de tudo que fora tratado como patrimônio burguês representante da história e da memória brasileiras via cidades históricas.¹

¹ Para uma leitura aprofundada do processo de consagração das cidades históricas brasileiras, ver Costa (2010 e 2011).

Ante essa perspectiva contraditória, é importante rememorarmos Argan (1995), para quem não deve ocorrer a separação entre zona urbana e rural (e seus sujeitos sociais), também entre zona “histórica” e zona “moderna” (e seus conflitos), pois tais espaços considerados como um todo envolvem a própria cidade. Entendemos as cidades históricas – e o patrimônio cultural – enquanto elementos integrantes de uma totalidade mais ampla que os reproduzem, face a anseios materiais objetivos e, também, subjetivos, em que diferentes sujeitos encontram-se na produção de símbolos e na caracterização de culturas.

Cidade histórica é aqui apresentada como *objeto concreto e simbólico do vir a ser de um território que é material e é imaginado; mescla e síntese de lugares e paisagens em movimento histórico concreto e ideativo – pois, também, mítico; é embrião, sede e centro de um processo civilizatório que guarda, em germe, a instituição urbana em si, por meio de trânsitos com o rural.*

Essa visão e conceitualização permitem-nos afirmar que a Geografia guarda um papel dianteiro nos estudos destas cidades, ao possibilitar uma visão totalizante sobre o urbano, a urbanização e, notadamente, o patrimônio cultural e a preservação. A disciplina possibilita-nos entender o patrimônio cultural em sua totalização, ou seja, no bojo do que convencionamos chamar *patrimonialização global* (Costa, 2011; 2011a, 2012).

O esforço analítico que desenvolvemos sobre cidades históricas e patrimônio cultural (notadamente o patrimônio urbano) constitui-se no enfoque multiescalar e dialético, na crítica ao pensamento e à prática uniescalar e unifocal que se tem feito sobre tais objetos ao serem pensadas pela dinâmica do núcleo tombado ou dos atrativos turísticos. Pouco se considera, também, os fluxos que estas e outras cidades propiciam às zonas rurais de seu entorno, em que eventos ou festas profanas e religiosas tornam-se patrimônio consagrado, mercantilizado e objetos de reafirmação de identidades locais.²

No contexto de entendimento da cidade histórica como *objeto concreto e simbólico do vir a ser de um território que é material e é imaginado*, este ensaio tem por objetivo problematizar os resultados da pesquisa de aproximação realizada nas cidades-patrimônio de Goiás. A partir

² Raras são as leituras geográficas que contradizem nossa afirmação, como a de Almeida (2012). A autora analisa os sentidos das festas nos territórios patrimoniais de Goiás, a existência e o dinamismo das festas rurais como práticas culturais, os interesses para sua turistificação e a mudança da natureza de tais festas nos territórios emergentes para o turismo, que perfazem elementos delimitadores de um espaço social múltiplo. Na busca de entendimento da relação entre coisas, práticas e lugares, Almeida afirma que “A festa é uma maneira de *construir relações com as sociedades e com os territórios vizinhos*, mostra suas singularidades em uma relação de alteridade” (Almeida, 2012, p. 166, grifos nossos).

desta análise, teremos condições de prenunciar uma agenda de pesquisas que abarcará as respectivas cidades: Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Jaraguá, Pilar de Goiás e Cidade de Goiás (Figura 1).

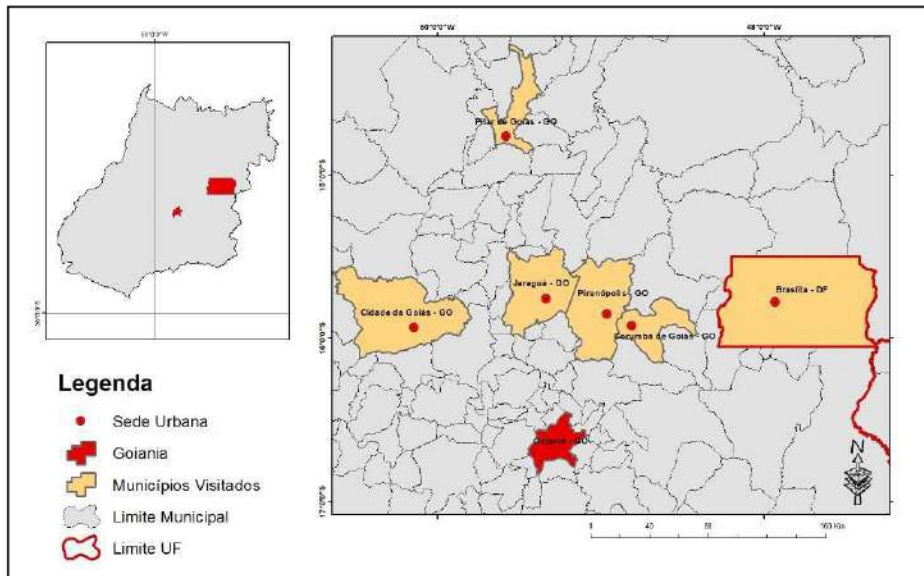


Figura 1: Localização das cidades analisadas (organizado pelos autores).

É notório adiantar que o trabalho não traz resultados conclusivos de uma única pesquisa exaustiva. Pelo contrário, esboça, preliminarmente, uma agenda de pesquisas a serem desenvolvidas (e que pretendemos fazê-las através de parcerias), no estado de Goiás, sobre as chamadas cidades históricas. Para tanto, trazemos como experiência (e pano de fundo para esta reflexão) os estudos conclusivos que desenvolvemos, na última década, sobre as cidades históricas do estado de Minas Gerais: São João del-Rei (Costa, 2008), Tiradentes (Costa; Castro, 2008), Diamantina (Costa; 2009; Costa; Scarlato, 2010), Ouro Preto e Congonhas do Campos (Costa, 2011).

Em suma, prenunciamos as possibilidades de nos debruçarmos sobre um tema caro à Geografia brasileira, bem como fazemos um chamado para esta leitura, que é a dos usos, dos abusos e das contradições na gestão e no planejamento das referidas cidades e seu patrimônio material e imaterial, ou seja, a refuncionalização dos bens culturais e suas contradições. Nosso esforço é o de focar estes bens no cerne da totalização da urbanização e em uma perspectiva que ultrapasse os limites impostos pelo tombamento e pelo

mercado, o que se constitui em um significativo desafio prático e teórico, em prol das populações goianas detentoras deste acervo.

Delineamento do objeto

A escolha das cidades históricas referenciadas para estudo (Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Jaraguá, Pilar de Goiás e Cidade de Goiás) não é fortuita. Com exceção de Jaraguá, as demais cidades são as únicas do estado que possuem um conjunto urbanístico tombado, ou seja, com a aprovação do IPHAN³ tiveram, cada qual em diferente época, uma dada área de seu território central inscrita em um dos Livros do Tombo do Instituto. Tais núcleos foram tombados, então, no conjunto e, ainda, tiveram alguns bens culturais tombados isoladamente.⁴ No caso de Jaraguá, não há um conjunto urbanístico tombado, mas um bem isolado que o foi, a Igreja de N. Sra. do Rosário. A escolha deste lugarejo para análise (mesmo que sem um conjunto tombado, como as demais) se dá pela necessidade de evidenciarmos um processo em marcha de abandono do rico e simbólico acervo patrimonial goiano, pois além do bem tombado isoladamente, há outros elementos remanescentes da cultura material, na malha urbana, que foram deixados à própria sorte. Faz-se urgente o mapeamento do patrimônio cultural goiano não consagrado pelo IPHAN e negligenciado quanto à necessidade de preservação.

Apesar de não termos o foco, neste estudo, na cidade de Brasília, cabe destacar que o Plano Piloto representa elemento significativo de análise, único bem tombado pelo IPHAN em seu conjunto urbanístico amplo, no Distrito Federal, território encravado no estado de Goiás. Além disso, Brasília, juntamente com Cidade de Goiás, constituem-se nas únicas sagradas Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO⁵, no território que congrega Goiás e Distrito Federal.

Ante este amplo espectro territorial que guarda o rico acervo cultural material e imaterial ligados a tais cidades, partimos para nossa pesquisa de aproximação a fim de desvendar as possibilidades de estudo que envolve tais lugares e que decidimos publicar.

Questões ligadas à: fluidez, acessibilidades e mobilidades territoriais; preservação e os atuais usos do acervo; banalização e cenarização turística dos

³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁴ Os livros do Tombo do IPHAN são: Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro Histórico; Livro de Belas Artes; Livro das Artes Aplicadas; Livro das Artes Aplicadas. O tombamento pode ocorrer do conjunto urbanístico e/ou de bens culturais isolados na malha urbana.

⁵ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

bens; relação entre comunidades/bairros e o centro histórico ou o patrimônio cultural consagrado, em cada núcleo, são os elementos de reflexão desta pesquisa preliminar.

Fluidez territorial e interconexão das cidades históricas goianas – primeiras notas

Apesar de muito ser anunciado que há uma rede complexa de serviços turísticos que exerce importante papel na economia brasileira, talvez devamos estabelecer ressalvas sobre essa complexidade da anunciada rede. Portuguese e Oliveira (2011) afirmam que a dinâmica turística cresce nas zonas litorâneas e áreas de interesse ecológico, sobretudo. Podemos dizer que os agentes da gestão territorial do turismo, no intuito de lançar globalmente os destinos a serem visitados, fazem uso desse discurso apropriando-se de conceitos indevidamente e acabam por não relativizar a lógica da própria atividade. Caso do conceito de *redes* e, apropriado especialmente pelo turismo, de *circuito turístico*, que se aproxima do primeiro.

Onde temos um efetivo circuito turístico no Brasil? Qual porção do território brasileiro apresenta uma franca sinergia entre lugares turísticos (nós de uma possível rede) sustentada por equipamentos técnicos e informacionais, bem como pela circulação de informações (para além da divulgação de atrativos)? Para sermos mais objetivos, onde há uma eficiente rede de transporte, circulação, infraestrutura viária e informativa plausíveis para a consolidação de um circuito turístico no Brasil? Nossa hipótese é a de que não temos, de fato, circuitos turísticos operacionais sinérgicos no país. A fim de polemizar um pouco mais, dizemos que os *circuitos* existem no discurso necessário ao crescimento (muitas das vezes precário) da atividade, à reprodução capitalista, mas não se materializam, eficientemente, no plano do território a favorecer uma gama mais ampla de indivíduos ou agentes.

O que há – e não tem como negarmos – são lugares projetados nacional ou internacionalmente que, em certa medida, polarizam dadas regiões e assumem o papel de principais atrativos indutores diante de outros mais próximos. Nesse contexto, esses lugares centrais do turismo regional acabam por favorecer uma dinâmica – muito menor – para outros lugares; dinâmica esta que pouco conta na formação de uma rede verdadeiramente imbricada. Os esforços para a implementação concreta destes circuitos são necessários e podem ser positivos caso chamem para o debate e a prática aqueles que vivenciam, diretamente, os lugares atrativos. No caso da região aventada, a

posição estratégica de Brasília, Goiânia e Anápolis pode favorecer as ações em prol de tal dinâmica territorial, ao se constituírem em importantes polos emissores e detentores de recursos, além das relações politicoeconômicas estabelecidas com as localidades atrativas que os circundam.

Se, como lembram-nos Portuguese e Oliveira (2011), o *Programa Nacional de Regionalização do Turismo* visa a impulsionar o setor nos diversos municípios brasileiros, com a finalidade de agrupá-los conforme suas características socioespaciais, criando, assim, regiões e circuitos turísticos, para o caso de Goiás, o Programa pouco apresentou, até o momento, capacidade de angariar ações e recursos para tal agrupamento.

O que identificamos em campo, preliminarmente, é a centralidade que Pirenópolis e Cidade de Goiás exercem como atrativos patrimoniais, em Goiás, juntamente com Brasília e sua arquitetura modernista. A fala de um agente público voltado à gestão do patrimônio cultural, em Pirenópolis, nos é esclarecedora sobre a constituição de tal centralidade.

Pirenópolis apresenta uma forte centralidade turística aqui na região. Se traçarmos um arco de 130 km e, daí, uma circunferência, no que diz respeito à atratividade e ao lazer, o que faz a diferença em relação ao desenvolvimento da atividade turística aqui é a localização desse patrimônio em relação a outras cidades do estado. A gente está próximo a Brasília, a Goiânia e a outras cidades menores, como Abadiânia e Alexânia, sem falar em Anápolis. Já Cidade de Goiás atrai mais os fluxos de Goiânia, pela localização geográfica, é mais difícil de acesso para eles.⁶

Nosso pressuposto é o de que os núcleos de Corumbá de Goiás, Jaraguá e Pilar de Goiás evidenciam-se como patrimônio atrativo (muito incipientemente) a partir de uma divulgação mais enfática que se tem das principais cidades-patrimônio do estado: Cidade de Goiás (Patrimônio Mundial, figura 2 - foto 01) e Pirenópolis (Patrimônio Nacional consagrado, figura 2 - foto 02). Caracterizam-se como principais cidades pelo caráter imagético que adquiriram em âmbito regional e nacional, a primeira, com a chancela da UNESCO, a segunda, pela diversidade do atrativo (cultura e natureza) e por sua posição geográfica estratégica. Além do papel central na história da mineração do ouro em Goiás, estas foram as primeiras a terem o núcleo tombado pelo IPHAN, no estado, o que levou, teoricamente, a atraírem as atenções em busca de sua manutenção.

⁶ Entrevista concedida ao autor, em campo realizado em Pirenópolis, no dia 10 de janeiro de 2012.



Figura 2: fotos 01 e 02 – Casa de Cora Coralina, em Cidade de Goiás. Rua do Lazer (consumo turístico máximo), em Pirenópolis. Fotos do autor / Jan. 2012.

Quadro similar ocorre em Minas Gerais com as cidades-patrimônio de Ouro Preto e Tiradentes, que centralizam os fluxos e, a partir delas, desenvolve-se um “turismo marginal” em São João del-Rei, Mariana e Congonhas do Campo. No caso de Diamantina, no meio-norte mineiro, a mesma torna-se centralidade em relação às cidades do denominado Circuito dos Diamantes. Ficam Serro, Milho Verde, Gouveia e demais núcleos menores do entorno (antigas áreas de serviço voltadas à extração de diamantes – atuais distritos de Diamantina) relegados a este “turismo marginal”.

Em resumo, o que nos parece é que, ao invés de falarmos em circuitos de cidades históricas no Brasil Central, devemos discorrer sobre a centralidade de algumas cidades históricas em um âmbito regional que se tenta aglutinar atrativos por meio de *equivalências* históricas, paisagísticas e geográficas. Circuitos turísticos, então, parecem fazer parte de uma categorização verborrágica político-econômica que merece análise matizada. As ações em prol da constituição dos circuitos turísticos estão em aberto para serem operacionalizadas com a implantação de boa infraestrutura viária, transporte turístico, informação e informatização e os aparatos necessários à sinergia entre os lugares que favorecerão, inclusive e em primeiro plano, os residentes das localidades.

Neste contexto, como aventarmos a projeção global de Circuitos Turísticos de Cidades Históricas do Brasil Central (pensando em Goiás, Distrito Federal e mesmo Minas Gerais)? Ainda vivemos em um país extremamente desigual em que as conseqüências de uma modernização conservadora e uma industrialização a baixos salários, que se prolongaram ao longo do século XX e adentram o século XXI, fazem-se prementes. Desinformação, sobrevida nas/das cidades e no/do campo, preconceitos e uma visão desarticulada das diferentes culturas que compõem nossa sociedade, dentre outros, são evidentes nos discursos e nas práticas sobre o território. Qual

sentido de patrimônio se preserva e para quem se preserva? Questões como esta merecem ser levantadas.

A cultura e sua a difusão, apesar de se tornar o novo reduto de uma economia globalizada, sofrem, também, as conseqüências da fragmentação do mundo nas possíveis escalas do acontecer: nacional, regional, local; do Patrimônio Mundial às festas populares profanas e religiosas sagradas no e para o local. Com subsídio em Eagleton (2005), afirmamos que a cultura é uma questão do desenvolvimento harmonioso e total da personalidade, e que ninguém pode realizar isso ficando isolado. Logo, patrimônio cultural, cultura urbana, cultura rural são produtos de relações. Por assim dizer, o quadro do patrimônio que identificamos em qualquer delimitação de território reverbera interações harmoniosas e/ou conflituosas de existência, sobrevivência, desejos e necessidades.

Para retomar a questão da fluidez territorial nas mencionadas cidades goianas, vale destacar que a evolução técnico-científica promoveu a evolução dos transportes e as possibilidades da circulação, relativizou o espaço-tempo e, por conseguinte, também “modificou as próprias regiões. No entanto, esta mutação operou-se de maneira desigual conforme os conjuntos” (Frémont, 1980, p. 184).

Mutação desigual é retratada pelas possibilidades adversas de circulação entre as cidades em tela. O estado de algumas rodovias estaduais de Goiás não favorece a melhor fluidez e busca destes destinos (figura 3 - foto 03). A sinalização turística na região praticamente é inexistente (figura 3 - foto 04). No trajeto (figura 4) Brasília – Corumbá de Goiás – Pirenópolis – Jaraguá – Pilar de Goiás – Cidade de Goiás (respectivamente, pelas rodovias: DF-095; BR-070; BR-414; BR-153; GO-154; GO-153; GO-230; GO-429; GO-164), raríssimas são as sinalizações apontando o percurso para a chegada a tais cidades, muito menos indicativas de cidades-patrimônio ou atrativos culturais.



Figura 3: fotos 03 e 04 – Rodovia GO-154; trecho entre BR-153 e Pilar de Goiás, em péssimo estado de conservação, indicado em ambas as fotos. A foto 04 apresenta uma das raras (indicações) do destino turístico. Fotos do autor / jan. 2012.

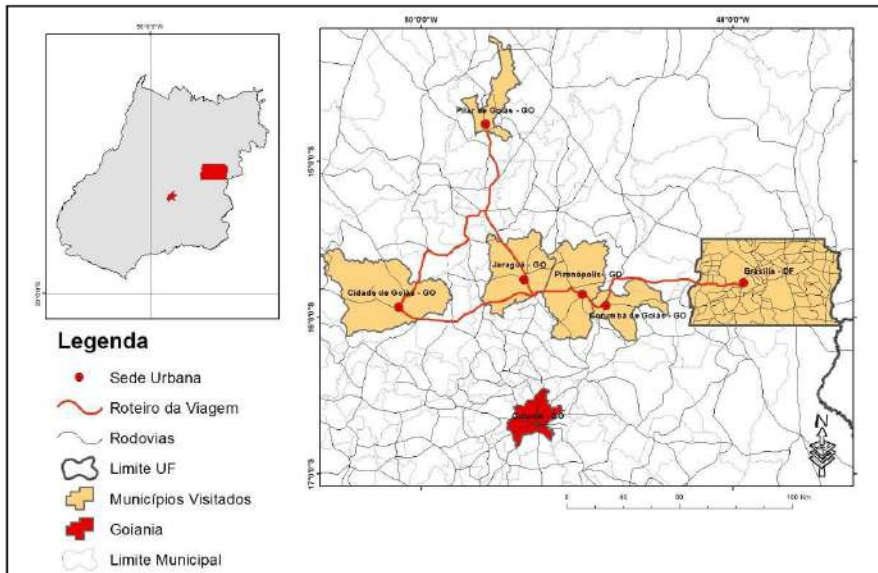


Figura 4: Roteiro/rodovias percorridas durante a viagem de campo (organizado pelos autores).

A importância da fluidez territorial aqui ressaltada é ratificada por Almeida (2006, p. 119) ao afirmar que,

A ação do Estado com a implantação de infra-estrutura é, geralmente, decisiva (...) a ligação asfáltica entre Pirenópolis (GO) e Brasília foi a via que favoreceu a atividade turística e a redescoberta de Pirenópolis pelos brasileiros como lugar bucólico, receptivo, de hospedagens confortáveis e belas casas coloniais de preços acessíveis, que se tornam rapidamente residências secundárias.

O fluxo do capital, das mercadorias, da informação e mesmo a preservação da cultura dependem, hoje, da capacidade de gestão dos territórios. Compreender a lógica dos fluxos e a fluidez do território perfaz a possibilidade de assimilação do mundo que vivemos e do mundo que queremos – ou seja, é a condição para a leitura da lógica total e totalizante que enreda as cidades-patrimônio. Como lembra-nos Eagleton (2005), a cultura não é apenas aquilo que vivemos, mas é, em grande medida, aquilo para o que vivemos.

Esta introdutória reflexão visa a deixar apontamentos para *interrogarmos os elementos materiais e subjetivos favorecedores ou inibidores da constituição do circuito das cidades históricas goianas* – primeiro ponto desta agenda de pesquisas.

Genericamente, um circuito turístico representa o itinerário com saída e chegada a um ponto ou outro que não o de partida; estabelece-se com infraestruturas viárias, interconexões para informação e variados fluxos; é possível de ser percorrido no determinado período de visitação e possui algum conteúdo temático em ampla porção do território. No entanto, o que é importante ressaltar, em se tratando de circuitos turísticos, são as possibilidades em criar vínculos entre os lugares/destinos que o compõem, adquirindo uma identidade. Desta forma, na constituição de um circuito turístico, os diferentes *sítios simbólicos* devem ser analisados a partir de critérios que deem coerência e aglutinem peculiaridades e potencialidades específicas de uma totalidade territorial. Entender a sistematização, as contradições, os elementos materiais, imaginários ou subjetivos que congregam específico território pode ser caminho para fazer um circuito mais significativo do que o mero somatório de destinos e atrativos.

A preservação do patrimônio arquitet nico goiano – primeiras impressões

A busca da preservação do patrimônio cultural parece revelar uma compensação   angústia de perda do passado e   efemeridade do presente. Entretanto, vivenciamos uma corrida pela preservação, cuja qual leva Jeudy (2005) a discorrer sobre uma “teatralização excessivamente despropositada”, que pode conduzir ao ódio ao mesmo patrimônio pelo que o processo é capaz de territorializar nos lugares. Ódio que se desenvolve pelo excesso de tentativa de preservação, no instante em que o poder da tradicionalidade pode vir a anular a vida presente (Jeudy, 2005).

O autor versa sobre o patrimônio cultural e a corrida pela preservação, com os olhos voltados para os países europeus, especialmente para a França. De fato, temos cidades brasileiras em que a busca excessiva pela preservação conduz a problemas s rios de relações e permanências, como em Tiradentes (MG), em que poucos são os antigos moradores resistentes na área tombada, além da ressignificação do calendário religioso que se torna, especialmente, ponto obrigatório do calendário turístico (figura 5 - foto 05). No caso das cidades goianas, não é a lógica apresentada por Jeudy a identificada; pelo contrário, o rico acervo encontra-se em relativo nível de apropriação turística e mesmo de preservação.



Figura5 - foto 05 – Rua Direita e Serra de São José, ao fundo, na histórica Tiradentes (MG). O uso comercial turístico prevalece na quase totalidade da área tombada, que é de consumo turístico máximo. Foto do autor / jun. 2011.

Chama a atenção o descaso com o núcleo de Jaraguá, que não fora tombado no conjunto, mas somente uma de suas igrejas, a de N. Sra. do Rosário (figura 6 - foto 06). Há bens oitocentistas, no núcleo, abandonados à própria sorte (figura 6 - foto 07). Caso drástico é a Igreja de N. Sra. da Conceição, construída no início do século XIX e praticamente abandonada (figura 6 - foto 08). Conforme informação verbal de um funcionário da prefeitura municipal, a sacristia lateral esquerda dessa igreja foi substituída por um bar e, hoje, funciona uma igreja evangélica, de forma geminada com a Igreja de N. Sra. da Conceição. Esta igreja representa um caso raro de museificação assumida de templo religioso no Brasil, em nosso entendimento (museificação precária), por não celebrar mais missas e servir apenas à visitação.



Foto 06 – Igreja de N. Sra. do Rosário, em Jaraguá-GO. Único bem tombado isoladamente no conjunto urbano. Todo o núcleo histórico da cidade encontra-se profundamente alterado, pois não fora dada a atenção necessária ao acervo por parte das instâncias de governo, ao longo do século XX, nos períodos em que se buscava preservar o acervo patrimonial brasileiro. Foto do autor / jan. 2012.



Figura 6 – Fotos 06, 07 e 08 – Imóvel não tombado no centro de Jaraguá, em precário estado de preservação, pela negligência geral à cultura e à história da cidade. Na sequência, Igreja de N. Sra. da Conceição, em Jaraguá. A sacristia lateral esquerda fora derrubada para a construção de um bar, no terceiro quartel século XX. Hoje, em cor amarela na foto, aparece a igreja evangélica Jesus Cristo, geminada ao antigo templo católico. Fotos do autor / jan. 2012.

O núcleo antigo de Jaraguá possuía três principais eixos: rua das Flores, rua do Rosário, rua do Mercado. Esse núcleo, hoje, encontra-se completamente descaracterizado (figura 7 - foto 09). O depoimento de um antigo morador preocupado com o patrimônio urbano de Jaraguá nos é de grande valia para o entendimento do grau de preservação do acervo na cidade,

Perdemos o patrimônio de Jaraguá, ele não é valorizado aqui. Quando eu era voluntário, nem cera, nem sabão, a prefeitura dava para a limpeza do Museu N. Sra. da Conceição [relembrando, a igreja tornou-se uma espécie de museu – e de maneira muito precarizada]. Outro exemplo de abandono é a rua Sebastião Gonçalves de Oliveira, antiga rua da Prostituição, o prefeito tirou as prostitutas e derrubou tudo, pura ignorância, ficou alguns caibros e algumas porteiros. Hoje é tudo casa moderna ou terrenos baldios.⁷

⁷ Entrevista concedida ao autor, em campo realizado em Jaraguá, no dia 13 de janeiro de 2012.



Figura 7 - Foto 09 – Rua do Vigário Álvares de Brito, antigo eixo do sítio original de Jaraguá, amplamente modificado. Tal rua concentra um importante núcleo de comércio e serviços locais. Restam raros casarões do século XIX. Serra de Jaraguá ao fundo. Foto do autor / jan. 2012

Como lembra Jeudy (2005), a ameaça de destruição dos marcos simbólicos das sociedades modernas não para de aumentar, sob a pressão dos avanços da modernidade. Assim, a quem cumpre a missão de guardião do patrimônio cultural se não à própria comunidade? Como pensarmos um patrimônio nacional e mesmo mundial que, pouco a pouco, deixa de ser local? Essa mesma comunidade, para preservar seu acervo deve ter a consciência de que sua vida cotidiana também se correlaciona com a proteção do simbólico: o culto religioso, as festas profanas, os lugares de referência de sua existência são alguns exemplos dessa correlação espaçotemporal.

Pilar de Goiás representa outro caso crítico de abandono quase que completo de um patrimônio urbano goiano (figura 8 - fotos 10 e 11). Além da análise empírica (as fontes bibliográficas são escassas sobre o patrimônio cultural desta cidade), o depoimento de um funcionário público municipal é revelador,

Pilar é tombada em 1954; de lá para cá, o IPHAN, junto com a prefeitura, abandonaram a cidade. Casarões caíram e os proprietários utilizavam a madeira para construção de casas novas. O prefeito atual, Joaquim Santana Batista, procurou o IPHAN devido ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), para tentar melhorar a cidade. Com isso, conseguiu o restauro da Casa de Câmara e Cadeia e Intendência. Pilar foi muito descaracterizada, basta andar por aí. Por exemplo, após a inauguração da Casa de Câmara, o IPHAN esteve 5 meses depois em Pilar, o que é muito tempo para se manter a vistoria. Aqui, não é cobrado Alvará para usos ou construção, o Código de Postura não prevê isso. Só quando

o IPHAN vem aqui é que os donos de imóveis são notificados por interferirem indevidamente no bem.⁸



Figura 8 - fotos 10 e 11 – Uso precário de alto impacto em um imóvel na área tombada de Pilar de Goiás, onde funciona uma oficina de motores. A outra imagem é a da rua da Cadeia, no centro histórico. Fotos do autor / Jan. 2012.

Não podemos recusar a visão de que os feitos de um grupo social, na história e no espaço, podem ser desfeitos por outros grupos. Conforme Halbwachs (1990), desígnios de antigos grupos tomam corpo dentro de um novo arranjo material e os grupos imitam esse movimento ante a passividade agredida da matéria inerte. A questão da preservação ou da negligência ao patrimônio cultural, então, é reflexo da própria cultura incorporada pelo grupo. As necessidades, os desejos e as angústias podem ser apontados como elementos que conduzem à preservação ou à sua recusa, ao destino ou aos infortúnios envoltos à dinâmica do patrimônio. Por isso, a condição da preservação de um edifício ou de um rito não pode ser medida pelos atributos do mundo concreto apenas, mas também no âmbito do intersubjetivo e ideativo construídos historicamente sobre a cidade, o patrimônio e a sobrevivência individual e do grupo.

Corumbá de Goiás constitui bom exemplo de preservação harmoniosa que parece advir da conscientização da própria comunidade. A cidade não é central como atrativo turístico, nem se encontra em franca sinergia com outras cidades históricas do estado, fazendo-se rota de passagem para quem sai de Brasília com sentido a Pirenópolis. Contudo, parece-nos um notório objeto para o raciocínio sobre a necessidade ou não da atividade turística – ou mesmo do tombamento – para a preservação do acervo (como muitos anunciam), o que

⁸ Entrevista concedida ao autor, em campo realizado em Pilar de Goiás, no dia 14 de janeiro de 2012.

revela o papel central da conscientização da população sobre seu patrimônio, como já aventamos.

Cabe ressaltar que o conjunto urbanístico de Corumbá de Goiás (figura 9 - fotos 12 e 13) fora tombado recentemente, tanto que ainda não consta, até a presente data, do Arquivo Noronha Santos do IPHAN, como tal. Quais critérios são indicativos para o tombamento de um conjunto que se mantém relativamente preservado (Corumbá de Goiás) e a negligência histórica a outro conjunto que, pouco a pouco, fora abandonado à própria sorte (Jaraguá)? Por que o Programa Monumenta⁹, que visava a recuperar os conjuntos menos projetados do país, contemplou Cidade de Goiás (com mais de 50 imóveis restaurados) e não um dos outros acervos mais carentes de restaurações em Goiás?



Figura 9 - fotos 12 e 13 – Igreja N. Sra. da Penha e Praça N. Sra. da Penha, em Corumbá de Goiás. O conjunto é harmonioso e com relativo grau de preservação que, pressupostamente, se deve às ações da comunidade, uma vez que as intervenções do IPHAN são mais recentes. Fotos do autor / Jan. 2012.

Sobre Pirenópolis e Cidade de Goiás, quanto à preservação do acervo, podemos dizer que ambas sofreram transformações em seu núcleo original. Transformações que decorrem do tempo histórico, da história socioeconômica dos núcleos (refletidas na mescla dos estilos arquitetônicos) e também da falta de recursos ou negligência das governanças urbanas (entendendo como governança agentes públicos e privados, conjuntamente). Problemas estes evidenciados em menor magnitude que nas três cidades anteriormente tratadas.

Sendo os dois dos principais atrativos culturais do estado de Goiás, Pirenópolis e Cidade de Goiás contam com os holofotes da mídia e as intervenções diretas das governanças urbanas. O interesse econômico alia-se às necessidades de sobrevivência das comunidades em prol da preservação do acervo (figura 10 - fotos 14 e 15).

⁹ Para o entendimento do Programa Monumenta no Brasil, ver Costa e Scarlato (2010).



Figura 10 - fotos 14 e 15 – Igreja do Bonfim, em Pirenópolis, contemplada para restauro pelo IPHAN. A foto seguinte é da Rua Dom Candido - casa de Cora Coralina e Igreja do Rosário ao fundo - que apresenta um elevado grau de preservação e o uso residencial predominante. Fotos do autor / Jan. 2012.

Como destaca Halbwachs (1990, p. 143), é sobre o lugar que ocupamos que devemos voltar nossa atenção, a fim de reconstruirmos nossas lembranças, pois é por onde sempre passamos, ao qual temos acesso quase permanente e é onde nossa imaginação é capaz de reconstruir.

Por isso, *entender o imaginário construído individual e coletivamente sobre e em cada uma dessas cidades, sobre o seu patrimônio e sobre as condições de sua sobrevivência (da população e do próprio acervo)*, constitui um segundo ponto para a agenda de pesquisas nas cidades históricas goianas.

Banalização pela cenarização progressiva do patrimônio goiano? – uma surpresa

Em estudos anteriores, anunciamos cinco fases no percurso de consagração do patrimônio cultural brasileiro: 1. *Gênese do patrimônio cultural brasileiro*; 2. *Produção simbólica do patrimônio cultural brasileiro*; 3. *Projeção inicial do patrimônio cultural brasileiro*; 4. ***Banalização pela cenarização progressiva do patrimônio cultural brasileiro***; 5. *Empoderamento do patrimônio cultural face às possibilidades de vir a ser do acervo*.¹⁰

Banalização pela cenarização progressiva reflete o momento de mercantilização mais intensa dos bens culturais brasileiros, dado o reconhecimento do turismo como atividade de “manutenção” dos núcleos históricos. Esse momento revela-se após a década de 1990 e é vigente nos dias de hoje, no Brasil. Identificamos tal banalização de acordo com a tipologia dos usos do bem cultural, ou seja, sua refuncionalização. Tal classificação exige

¹⁰ Em Costa (2010; 2011) é possível verificar cada uma dessas fases de maneira pormenorizada.

análise empírica ampla do conjunto patrimonial ou das relações que conformam um saber-fazer, um rito ou uma tradição, bem como faz-se premente a busca de referencial teórico sobre a refuncionalização do acervo e as (im)possibilidades de sua mercantilização.

Para Appadurai (2008), a troca econômica cria valor e o valor é concretizado nas mercadorias que são trocadas; concentrar-se nas coisas trocadas, em vez de apenas nas formas e funções da troca, possibilita a argumentação de que o que cria o vínculo entre a troca e o valor é a *política*, em seu sentido mais amplo.

Assim, a troca preponderante nas chamadas cidades históricas coloniais tem seguido a lógica do que Appadurai (2008) vai chamar de “arte turística”, em que objetos produzidos para uso estético, cerimoniais ou suntuários em pequenas comunidades de contato direto são transformados cultural, econômica e socialmente pelos gostos, mercados e ideologias de economias maiores e distantes. O patrimônio urbano entra na esfera do fluxo internacional de mercadorias pretensamente “autênticas” e “singulares”, atendendo a busca não apenas do lucro, mas da renda de monopólio por parte dos agentes hegemônicos do mercado turístico de tais cidades.¹¹

Se esta é a lógica contraditória que reproduz parte do patrimônio cultural brasileiro, cada estudo de caso nos apresentará a mercantilização ou a produção desta chamada “arte turística”, distintamente. O caso das cidades históricas goianas nos é surpreendente.

Pirenópolis, cidade de maior grau de turistificação dentre as analisadas, esboça marcante permanência de famílias tradicionais da cidade na Rua Direta (figura 11 - fotos 16 e 17), bem como a hibridez dos usos do patrimônio, com prevalência do uso local. Cabe registrar que ocorre a venda de imóveis dos tradicionais moradores para sujeitos abastados das maiores cidades de Goiás e do Distrito Federal, sobretudo.

O que foge à regra do uso coletivo é o eixo que resolvemos tratar por *quadrilátero do máximo consumo turístico e mínimo consumo popular coletivo*. A Rua do Rosário (da Igreja do Rosário à Rua do Lazer), a Rua Rui Barbosa e a Rua do Bonfim (seu início a partir da Igreja do Rosário em direção à Igreja do Bonfim) formam tal eixo. Fora desse quadrado de uso turístico máximo, os usos tornam-se mais híbridos e a apropriação mais coletiva (figura 12 - fotos 18 e 19). Dificilmente poderemos falar em uma *banalização pela cenarização progressiva do patrimônio* em Pirenópolis; tal processo se assegura incipientemente no eixo indicado e tão somente.

¹¹ Ver esta análise, de forma mais aprofundada, em Costa (2011), Costa *et al* (2012).

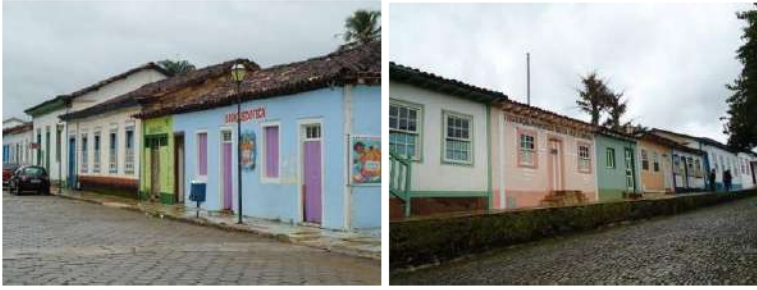


Figura 11 - fotos 16 e 17 – Rua Direita, em Pirenópolis. Uma das cidades atrativas também por sua cultura, que apresenta um dos maiores fluxos turísticos de Goiás, apresenta, ainda, um marcante uso local dentro os principais eixos da malha urbana, como nesta rua. Prevalece, neste ponto, o uso residencial, comercial e serviços locais. Fotos do autor / Jan. 2012.



Figura 12 - fotos 18 e 19 – Rua do Bonfim, integrante do quadrilátero de uso turístico máximo. Restaurante de comida japonesa, na Rua do Rosário (Rua do Lazer), também no mesmo eixo apropriado, sobretudo, por turistas, especialmente nos principais eventos do calendário turístico. Fotos do autor / Jan. 2012.

No entorno imediato ao centro histórico, à medida que caminhamos para os bairros Carmo e Bonfim, ou para o norte da cidade, há a transformação do comércio e serviços locais mais intensos.

Sobre Corumbá de Goiás, a área tombada apresenta, em sua quase totalidade, o uso local, com algumas poucas pousadas. A cidade não possui receptivo turístico, apesar do potencial histórico-geográfico de seu entorno. A quase ausência de pousadas e de receptivo turístico indica o baixíssimo grau de turistificação local. Podemos pensar no turismo como uma possibilidade de empoderamento patrimonial em Corumbá e como uma atividade que sustente as famílias mais carentes do núcleo? Lembremos de que nosso pressuposto é o

de que a comunidade nesta cidade é a principal guardiã efetiva do acervo preservado.

Em Jaraguá, o uso é unicamente local não turístico. Também não possui receptivo turístico e a dinâmica é de uma pacata e pequena cidade do interior brasileiro reconhecida pela sua indústria de confecções que sustenta sua econômica; atividade base dos empregos formais na cidade.

No caso de Pilar de Goiás, a fala de um funcionário da prefeitura municipal é elucidativa dos usos dos bens culturais, que são predominantemente locais,

Temos muitos visitantes (excursionistas), mas não temos turistas, as pessoas dormem em Itapaci, por exemplo, pois nós não temos hotel, apenas uma pensão ali na praça. A prefeitura não investe no turismo. Faltam hotéis, restaurantes e projetos sociais correlacionados com o turismo. Temos muitos visitantes, mas não temos planejamento para o turismo, nem receptivo.¹²

Notório, também, é a realidade dos usos do patrimônio de Cidade de Goiás – Patrimônio Mundial. O rio Vermelho divide o núcleo tombado em dois eixos. A ocupação da margem direita fez-se de forma regular quanto ao traçado, esboçando ruas retas e entrecruzadas, quase que em tabuleiro de xadrez, o que não se diferencia muito na margem esquerda, onde se buscou o bom assentamento ante a topografia mais irregular. Os dois amplos terraços que se formaram nas duas margens do rio (o dos mais caudalosos a cortar uma cidade histórica brasileira), favoreceram essa ocupação mais regular (se comparado a cidades como Ouro Preto e Diamantina, esta última com o conjunto tombado em uma única vertente, sobretudo).

Além do traçado que tende a uma regularidade no território ocupado à margem direita do rio Vermelho, faz-se regular também o uso do patrimônio edificado, sendo residencial quase que em sua totalidade, com a presença de poucos estabelecimentos comerciais voltados para o turismo. As ruas Dom Candido (e Largo do Rosário), da Abadia e do Carmo, concentram importantes bens culturais como as igrejas de mesmo nome e construções civis de diferentes datações, que vem do colonial e atinge o início do século XX, com a arquitetura eclética. Nesta cidade Patrimônio Mundial, a predominância do uso residencial na ampla porção do território patrimonializado (figura 13 - fotos 20

¹² Entrevista concedida ao autor, em campo realizado em Pilar de Goiás, no dia 14 de janeiro de 2012.

e 21), indica o baixo grau de refuncionalização turística do acervo e a permanência do vilaboense no centro histórico.



Figura 13 - fotos 20 e 21 – Ruas, respectivamente, da Abadia e do Carmo, à margem direita do Rio Vermelho. Traçados retilíneos e regularidade dos quarteirões (fogem à regra nas cidades da mineração) e com a predominância do uso residencial local. Fotos do autor / Jan. 2012.

À margem esquerda do Rio Vermelho, emerge um amplo arco que se inicia na Praça Zacheu Alves de Castro (próxima ao IPHAN) e se encerra no Largo do Chafariz, que se faz de uso predominantemente local, quer seja residencial, quer seja comercial, atendendo ao morador (figura 14 - foto 22). Na praça anunciada, o uso vai de academia a material agropecuário e elétrico, passando por sapatarias e farmácia. A rua Professor Ferreira, na sequência da praça, é quase que toda tomada por comércio local, sobretudo lojas de vestuário e utensílios domésticos (figura 14 - foto 23). O flunar ocorre por parte da população, que parece depender deste eixo para sua sobrevivência na cidade, quer seja através do trabalho diário, quer seja pelo trânsito ou ainda para o consumo. Neste espaço, podemos apreciar a dinâmica da vida urbana pacata de uma cidade do interior brasileiro, o dia a dia da pequena cidade não turistificada massivamente.



Figura 14 - fotos 22 e 23 – Praça Zacheu Alves e Rua Professor Ferreira, com marcante presença predominante do comércio local, em pleno centro histórico. Fotos do autor / Jan. 2012.

O Largo do Chafariz representa uma espacialidade ímpar no contexto da produção do urbano histórico brasileiro. O aproveitamento da melhor topografia para a construção e o respeito ao espaço amplo aberto produziu uma ambiência sem igual ante tais cidades. Ali temos uma noção da geografia que encerra o núcleo, pela mescla do verde da natureza, da orografia, da produção da arquitetura antiga e o hibridismo do novo que a transforma. Tudo isso, com o Chafariz ostentoso e imponente em meio ao Largo, esboça uma disposição singular no traçado das cidades históricas brasileiras (figura 15 - fotos 24 e 25).



Figura 15 - fotos 24 e 25 – Largo do Chafariz (construído em 1778, para abastecer a Vila). Foto do autor / Jan. 2012.

A principal concentração de uso turístico – e da mercantilização do patrimônio (de forma muito incipiente) temos no Largo do Coreto e na rua Moretti Foggia, que o segue sentido à Igreja do Rosário. Nessa espacialidade, mesclam-se os usos: institucional, comercial turístico, comercial e serviços locais e, ainda, residencial (figura 16 - fotos 26 e 27).



Figura 16 - fotos 26 e 27 – Rua Moretti Foggia Largo do Coreto com hibridez dos usos e incipiência da mercantilização turística do patrimônio. Fotos do autor / Jan. 2012.

É impossível falarmos, também no caso de Cidade de Goiás, em uma banalização do patrimônio cultural, mas ao contrário, em um hibridismo que retrata o movimento do tempo-espaço em sua concreticidade mutante, o que conduz a própria vida material e representativa dos objetos.

Em trabalho recente, Marc Augé deixa uma dica relevante para nossa reflexão,

A educação deve inicialmente ensinar a todos a mudar o tempo para sair do eterno presente fixado pelas imagens em círculo, e fazer mudar o espaço, isto é, a mudar no espaço, a sempre *ir ver mais de perto e a não se nutrir exclusivamente de imagens e mensagens*. É preciso aprender a sair de si, a sair do seu entorno, a compreender que é a exigência do universal que relativiza as culturas e não o inverso. (Augé, 2009, p. 109, grifos nossos)

“Ir ver mais de perto e a não se nutrir exclusivamente de imagens e mensagens” constitui um enfoque relevante para os estudos do patrimônio. O discurso fácil (e, algumas vezes, a crítica radical) generaliza a mercantilização dos bens culturais e não reconhece os interstícios dos territórios ordenados, a lógica das paisagens produzidas e as contradições do turismo que captura o modo de vida de comunidades tradicionais. Se a política e a economia são unificadoras e pasteurizadores de processos – em alguns momentos e lugares –, a cultura ainda é o que diferencia possibilidades, apropriações e usos.

Por isso, reiteramos a necessidade de *estudos da refuncionalização histórica do patrimônio cultural goiano, de forma a não generalizar a assertiva da patrimonialização generalizada perversa para todos os casos capturados ou não pelo turismo* – terceiro ponto da agenda de pesquisas. O marcante uso e apropriação locais do patrimônio identificado parecem ser elementos preponderantes para o *vir a ser* de seu empoderamento por parte das comunidades. Talvez a elaboração de roteiros interpretativos do patrimônio, junto a estas comunidades, seja, além de uma possibilidade de manutenção do acervo por parte do grupo social, uma saída econômica para a população mais carente ou desempregada.

Comunidades e o patrimônio cultural no estado de Goiás: a relação dentre as relações

Os bens culturais trazem uma economia cuja lógica particular precisa ser identificada para escaparmos ao economicismo (Bourdieu, 2007). Devemos trabalhar para identificar a produção de seus consumidores, bem como as distintas maneiras de sua apropriação por variados sujeitos. Para Bourdieu (2007, p. 09),

Contra a ideologia carismática segundo a qual os gostos, em matéria de cultura legítima, são considerados um dom da natureza, a observação científica mostra que as necessidades culturais são o

produto da educação: a pesquisa estabelece que todas as práticas culturais (...) e as preferências em matéria de literatura, pintura ou música, estão estreitamente associadas ao nível de instrução.

Ao considerarmos a afirmação de Bourdieu de que as preferências em matéria de artes, literatura ou música estão associadas ao nível de instrução, não fica difícil entendermos que o reconhecimento coletivo do patrimônio cultural também está associado ao conhecimento difundido deste mesmo patrimônio, seu sentido histórico, suas variadas representações, seus valores intrínsecos. “A obra de arte só adquire sentido e só tem interesse para quem é dotado do código segundo o qual ela é codificada” (Bourdieu, 2007, p. 10).

Por isso, afirmamos que, enquanto “modo de vida” a cultura faz-se também textura nos lugares. E se “cultura, em resumo, são os outros”, ou se “é sempre uma ideia do outro” (Eagleton, 2005), esse conceito nos aproxima dos limites e das possibilidades da preservação e da democratização do patrimônio cultural como sendo algo do outro ou para o outro (que deve ser decodificado), mesmo quando o assumimos para nós mesmos. Esse é o princípio da relação entre comunidades e seu lugar de vida ativa, que é onde estabelecerá sua preferência conforme o grau de instrução ou as experiências adquiridas neste mesmo lugar (na perspectiva apontada por Pierre Bourdieu).

Se, em um espectro mais amplo, cultura sintetiza redes de significação nas quais está suspensa a humanidade, sob seus mecanismos de controle (Geertz, 1989), em uma menor escala, cultura pode ser entendida como processo resultante do atendimento histórico às necessidades sociais coletivas, onde se insere também o processo de patrimonialização.

Ao tratarmos a cultura como a relação do homem com o seu entorno, fica mais fácil entender que a democratização do patrimônio passa pelo *público*, pelo entendimento dos sentidos de cultura, pelo fortalecimento de resistências, pela compreensão de que os territórios do patrimônio são reservas de cidadania e de civilidade. Interessante observação de Yáziqi (2006) a de que *ambiente não é coisa nem lugar, mas relação*. Logo, o amálgama de comunidades a seus bens culturais é estritamente atributo dos níveis e tipos de correlações estabelecidas neste mesmo lugar, e também do conhecimento construído historicamente a partir destes mesmos lugares.

Aqui reside a limitação da preservação desintegrada de um bem cultural e o potencial analítico e transformador do conceito de *cultura* que guarda, variavelmente, a noção de patrimônio cultural em suas mais distintas formas de produção (material, imagética, imaginária, mercadológica, pública, coletiva, individual etc.). Tais formas de produção do patrimônio são mediadas

por relações tais como: relação das comunidades com seu (ou de outrem) patrimônio material/imaterial; relações de trabalho com o território patrimonializado; relações de proximidade (vizinhança); relações de lazer; relação do conjunto com o periurbano; relação de adequação às próprias relações; relação com os órgãos diretores (Yázigi, 2006; Costa, 2011).

Dentro deste escopo teórico que nos direciona para a interpretação de sentidos, de códigos, de culturas e de relações com o patrimônio cabe, ainda, enumerar algumas observações desta primeira aproximação aos bens culturais goianos.

Em Jaraguá, a fala dos entrevistados é esclarecedora do reconhecimento do valor histórico e de memória do patrimônio. Segundo um dos entrevistados, dos poucos moradores engajados na tentativa de resgate da memória local,

(...) é triste pensar que muito se perdeu por negligência dos nossos administradores. Eu sempre defendi a ideia de que a gente precisa preservar a cidade, as igrejas. Mas aqui sempre foi difícil. A população não reconhece bem esse patrimônio aqui.¹³

Se no caso de Jaraguá há uma apatia em relação aos bens culturais remanescentes na cidade (tanto por parte da população quanto dos órgãos de gestão e preservação – o que se evidencia em campo), em Pilar de Goiás, parece haver uma espécie de repúdio ao tombamento, uma resistência ao IPHAN e pouco caso com as políticas de educação patrimonial.¹⁴ O relato de um dos entrevistados em Pilar de Goiás é esclarecedor dessas relações da comunidade e das governanças com o patrimônio construído e com o órgão de preservação,

A grande questão aqui é que a prefeitura, na maioria dos mandatos, não concordava com o IPHAN na cidade. O pessoal daqui, muitas vezes, não concorda com o IPHAN também, pois acham que ele atrapalha o progresso da cidade. Pilar tinha a economia na agropecuária, hoje é a mineradora que domina essa economia. Essa mineradora é a Yamana Gold, que terceiriza a exploração para outras empresas. Elas empregam a população em massa, empregam pedreiros, eletricitas, seguranças. Também é o funcionalismo público municipal e estadual que seguram nossa economia. Como morador, posso dizer que há uma péssima política de educação patrimonial em Pilar, por isso a péssima relação com o IPHAN. Há

¹³ Entrevista concedida ao autor, em campo realizado em Jaraguá, no dia 13 de janeiro de 2012.

¹⁴ E o estudo da implantação de políticas de educação patrimonial em Jaraguá e Pilar de Goiás, sobretudo, faz-se urgente.

cinco ou seis anos atrás, a população sofria um pouco, pois não tinham emprego. Hoje melhorou pela mineradora. As condições sociais hoje são melhores pela empresa. Por exemplo, é o IPHAN que está cobrando da prefeitura o código de postura atualizado e que envolva os bens culturais. Está exigindo também um fiscal do código de posturas, mas está difícil para achar, pela própria posição da população em relação ao patrimônio, de repúdio à preservação e também ao Instituto.¹⁵

Se Jaraguá caracteriza-se, hoje, pela perda e abandono do acervo, Pilar de Goiás, pela parcial perda do acervo e ainda pela forte resistência dos moradores à preservação, no caso de Cidade de Goiás, temos algumas outras particularidades. Mais uma vez, os depoimentos colhidos deixam mostras do processo em voga,

O maior problema que temos aqui é o diálogo com a comunidade e com a prefeitura, sobre a preservação. Com o tombamento, fica a distorção do direito de propriedade. Há muita resistência de famílias à intervenção. Há também uma aversão da população ao título de Patrimônio Mundial. (o que me parece decorrer da expectativa depositada na empresa da conquista do mesmo e o esquecimento dessa população após o alcance da referida chancela).¹⁶

Identificamos, em Cidade de Goiás, o IPHAN engajado na tarefa de preservação e conservação do núcleo tombado. O comprometimento com o acervo, a busca de estabelecimento de políticas de educação patrimonial, o número de estagiários e técnicos no escritório revela a tentativa de se galgar êxito na difícil tarefa de preservar.

Outro depoimento colhido em Cidade de Goiás aponta-nos certas contradições da relação entre comunidade, patrimônio cultural e agentes públicos,

A população vilaboense depende do centro histórico, pois bancos, correio, lojas de roupa, sapataria, estão tudo no centro. A loja Novo Mundo, por exemplo, está no centro, a antiga rodoviária. Os principais colégios da cidade estão no centro histórico, como o Liceu Goiás e Alcides Jubé. Com o título de Patrimônio Mundial, o vilaboense se iludiu, pensou que viria dinheiro, mas a população do entorno começou a dizer que a cidade era só o centro histórico. Por isso muitos acham que o turismo é um atraso. O turismo movimentava a cidade, isso precisa ser visto. Os empregados moram

¹⁵ Entrevista concedida ao autor, em campo realizado em Pilar de Goiás, no dia 14 de janeiro de 2012.

¹⁶ Entrevista concedida ao autor, em campo realizado em Cidade de Goiás, no dia 16 de janeiro de 2012.

todos no entorno. Aqui em Cidade de Goiás, você não vê gringo dono de bar, é o vilaboense mesmo o proprietário. Diferente de Pirenópolis, que italianos e americanos são donos de lojas e bares. Nosso centro é maior e mais conservado, quase 10 igrejas, 5 museus, o quartel, as praças, a Cruz do Anhanguera, a parte gastronômica e outros atrativos culturais. Lá em Pirenópolis, é mais movimento que aqui, pois está mais perto de Brasília. Pirenópolis é mais badalada, lá tem comida diversificada, aqui é mais direcionado para a cultura local, do lugar. Aqui é mais tranquilo mesmo, mas isso não é ruim, há quem goste muito e fuja dos centros para cá por isso. Quem se acostuma com cidade movimentada como Pirenópolis chega aqui e fica surpreso. Lá também tem atrativo natural, o maior, aqui o cultural é o atrativo principal. Mas tem as contradições, né? Veio uma grande verba para a comemoração dos 10 anos de Patrimônio Mundial, mas quase nada foi feito, só pequenos eventos, isso causa uma revolta na população. E todo mundo fica na esperança de uma boa gestão em Cidade de Goiás.¹⁷

Já em Pirenópolis, a convergência entre comunidade e patrimônio cultural ocorre de forma mais consciente no viés do papel que o conjunto assume para a vida econômica de muitas famílias (as envolvidas diretamente com o turismo). Enquanto um dos principais atrativos patrimoniais do estado, esta cidade parece ser a que mais fomenta o turismo, dentre as analisadas. Surpreende o receptivo local (figura 17 - fotos 28 e 29), que se diferencia em qualidade, inclusive, de cidades-patrimônio de maior projeção no cenário nacional e internacional, como Ouro Preto e mesmo Tiradentes, em Minas Gerais.



Figura 17 - fotos 28 e 29 – Receptivo turístico em Pirenópolis. Já na entrada da cidade, há um centro de informações turísticas e, na Rua do Bonfim, uma Central de Reservas de Pousadas. Fotos do autor / Jan. 2012.

¹⁷ Entrevista concedida ao autor, em campo realizado em Cidade de Goiás, no dia 16 de janeiro de 2012.

Como afirma Sartre (2011, p. 35), “consciência é ato, e tudo o que existe na consciência existe em ato”. A situação do patrimônio cultural relatada pelos entrevistados quer seja em Cidade de Goiás, quer seja em Jaraguá ou em Pilar de Goiás são germe dos atos, das relações, dos conflitos que se dão no plano do espaço vivido e percebido por estes mesmos sujeitos. A realidade concreta dessas cidades advém de um conjunto de imagens produzidas, assimiladas e divulgadas. Sua situação de penúria ou de preservação resulta, então, da relação entre produção material e reprodução de imagens, imaginários e imaginações sobre tais lugares. Do tombamento federal, estadual ou municipal à conquista da chancela da UNESCO, reproduzem-se diferentes formas de relações entre a comunidade e seu território patrimonial. Nosso desafio é fazer as traduções de tais relações. Habermas (1987) deixa pistas sobre os jogos que envolvem as traduções dos significados, sobre o compreensível hoje que pode se tornar incompreensível amanhã, seja uma tradição familiar ou códigos de condutas. Esta leitura nos é favorável ao pensamento do movimento que enreda os bens culturais na contemporaneidade.

Nós podemos traduzir de qualquer língua para qualquer língua (ou linguagem). Podemos relacionar as objetivações da época mais afastada e da cultura mais distanciada com o contexto familiar, isto é, pré-compreendido, daquilo que nos cerca, de maneira compreensível. Ao mesmo tempo pertence, é claro, ao horizonte de cada linguagem natural, a distância real de tradições estranhas. E também o contexto sempre já compreendido do que nos cerca de maneira familiar pode, a qualquer momento, descobrir-se como questionável; ele é o potencialmente incompreensível. (Habermas, 1987, p. 27)

Por assim reconhecermos, indicamos como o quarto ponto da agenda de pesquisas o *desvendamento das efetivas relações (que envolvam conflitos ou parcerias) entre comunidades e os agentes da preservação/mercantilização do patrimônio cultural (em suas diferentes expressões), na busca dos sentidos socioterritoriais do acervo.*

Ainda algumas reflexões e outros pontos da agenda de pesquisas: viés da totalidade urbana e territorial

O *desafio* é preservar, em um viés democrático, os suportes materiais e imateriais da memória e da cultura que a mercantilização metamorfoseia. Assim, a memória não é oprimida apenas porque lhe é expropriada a matéria, mas, especialmente, a história oficial da produção de lugares, da complexização de territórios e da organização e sobrevivência das comunidades. A imobilidade e a inércia social na maioria de nossas cidades *legais e ilegais*, a

impossibilidade de ampla circulação, a restrição ao mercado de trabalho e à cultura urbana *lato sensu* são básicos exemplos do desafio que se tem a superar concomitantemente à busca da preservação e da democratização de nosso acervo.

Talvez esteja na memória coletiva e individual, na rememoração, o principal suporte da permanência das ações e dos objetos culturais, para o uso e para o abuso da sociedade de classes. Assim, face ao esquecimento das coisas ante a tentativa de seu resgate, o que é produto também de uma desgovernada urbanização, o patrimônio passa a representar o movimento do basicamente útil para a rememoração coletiva ao fundamentalmente estético e mercantil para a rememoração particularizada.

Nessa dialética do esquecimento face o movimento de busca, as pesquisas sobre o patrimônio devem permear pelo entendimento do significado do bem cultural para a coletividade e para cada indivíduo da comunidade, do bairro ou da cidade, no espetáculo da vida cotidiana.

A experiência dos estudos sobre as denominadas cidades históricas (e também o Plano Piloto de Brasília) tem nos mostrado a importância do esforço científico de entendimento do patrimônio cultural localizado, no contexto da totalidade urbana. A compreensão dos problemas urbanos mais amplos, no lugar de estudo, desvendar as situações precárias com enclaves de miséria e enclaves de áreas valorizadas, as possibilidades de circulação pelo território e a difusão do conhecimento sobre a história do lugar de morada faz-se como um dos caminhos a serem seguidos na busca pela preservação.

A cidade de dinâmica turística das mais intensas em um estado não está apartada da possibilidade de apresentar elevado grau de precarização do urbano, o que inibe a efetivação do empoderamento dos bens culturais, democraticamente.

Devemos questionar ou indagar o que a análise empírica nos indica, à luz de métodos diversos, conforme a área e a linha do pesquisador. Importa entendermos que territórios mais valorizados podem ser os maiores favorecedores da precarização de outras porções de cidades (pensando no centro histórico e nos bairros de entorno, por vezes, abandonados à própria sorte, o que se evidencia, paisagisticamente, em Ouro Preto e Diamantina). Cidades menos atrativas podem se expressar como as mais dinâmicas do ponto de vista da apropriação local (caso de Corumbá de Goiás, São João del-Rei e Mariana). Assim, a leitura das cidades históricas ou do patrimônio guardado nos centros das metrópoles não deve ser genérica, ou seja, acreditar que todas apresentam a mesma lógica por congregarem patrimônio cultural em vias de turistificação ou mercantilização. Cada caso guarda, variavelmente, suas especificidades.

Em suma, ao nos voltarmos para tais cidades históricas de Goiás, parecem-nos importantes pontos para uma agenda de pesquisas:

- a avaliação dos elementos materiais e subjetivos favorecedores ou inibidores da constituição do circuito das cidades históricas goianas;
- o estudo do imaginário construído individual e coletivamente sobre e em cada uma dessas cidades, acerca do patrimônio e das condições de sobrevivência (da população e do próprio acervo);
- a análise da refuncionalização histórica do patrimônio cultural goiano, de forma a não generalizar a assertiva da patrimonialização perversa para todos os casos capturados ou não pelo turismo;
- o entendimento das efetivas relações (que envolvam conflitos ou parcerias) entre comunidades e os agentes da preservação/mercantilização do patrimônio cultural (em suas diferentes expressões), na busca dos sentidos socioterritoriais do acervo.
- o diagnóstico e análise dos elementos turísticos que tornam as referidas cidades como centros regionais, no qual a cultura, a natureza e o social-histórico interagem, indicando os limites e as sobreposições destes.
- desenvolvimento de metodologia capaz de indicar circuitos turísticos de acordo com os critérios teóricos elencados.

Referências

APPADURAI, Arjun. Mercadorias e a política de valor. In: *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: EdUFF, 2008.

ALMEIDA, Maria Geralda. A produção do ser e do lugar turístico. In: BORZACCHIELLO, J. S.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (orgs.). *Panorama da Geografia Brasileira 1*. São Paulo: Annablume, 2006.

ALMEIDA, Maria Geralda. Sentidos das festas no território patrimonial e turístico. In: COSTA, Everaldo. B.; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C. (orgs.). *Valor patrimonial e turismo: limar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

AUGÉ, Marc. *Pour une Anthropologie de la mobilité*. Éditions Payot & Rivages, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção – crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EdUSP, 2007.

COSTA, Everaldo B.; CASTRO, Bernadete. C. *O processo de “banalização pela cenarização” em núcleos urbanos tombados: o caso de Tiradentes – MG*. Revista Geografias, Belo Horizonte, Vol. 4, p. 33-56, 2008.

COSTA, Everaldo B. *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina*. São Paulo: Editora Humanitas-FFLCH-USP / FAPESP, 2010.

COSTA, Everaldo B; SCARLATO, Francisco C. O programa Monumenta no Brasil e seu rebatimento sobre o território urbano de Diamantina, Minas Gerais. *La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Buenos Aires, 2-7 de mayo de 2010. <http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/321.htm>

COSTA, E. B. *Totalidade urbana e totalidade-mundo – as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global*. São Paulo: DG/USP – Tese de Doutorado em Geografia– FFLCH, 2011.

COSTA, E. B. As cidades coloniais mineiras face à modernidade. In: COSTA, E. B; OLIVEIRA, R. S. (orgs.). *As cidades entre o real e o imaginário: estudos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

COSTA, E. B.; BRUSASIN, L. B.; PIRES, M. C. (Orgs.). *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: EdUNESP, 2005.

FRÉMONT, Armand. *A Região, Espaço Vivido*. Coimbra: Libreria Almedina, 1980.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HABERMAS, Jurgem. *Dialética e Hermenêutica – para a crítica da Hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

PORTUGUEZ, Anderson; OLIVEIRA, Leticia. A política nacional de regionalização do turismo e o ordenamento territorial do setor no estado de Minas Gerais. In:

PORTUGUEZ, A; MOURA, G; COSTA, R. (orgs.). *Geografia do Brasil Central – enfoques teóricos e particularidades regionais*. Uberlândia: Assis Editora, 2011.

SARTRE, Jean-Paul. *A imaginação*. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2011.

YAZIGI, Eduardo Abdo. A conceituação de Patrimônio Ambiental Urbano em países emergentes. *Revista GeoNova*. Departamento de Geografia e Planejamento Regional. Universidade de Lisboa, nº 12, 2006.

Everaldo Batista da Costa

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e professor do Depto. de Geografia da Universidade de Brasília (GEA/UnB). Campus Universitário Darcy Ribeiro – ICC Norte - Subsolo - Módulo 23 - Brasília (DF). Laboratório de Geoiconografia e Multimídias (LAGIM)
everaldocosta@unb.br

Valdir Adilson Steinke

Doutor em Ecologia pela Universidade de Brasília e professor do Depto. de Geografia da Universidade de Brasília (GEA/UnB). Campus Universitário Darcy Ribeiro – ICC Norte - Subsolo - Módulo 23 - Brasília (DF). Laboratório de Geoiconografia e Multimídias (LAGIM).
valdirs@unb.br

Recebido para publicação em março de 2012
Aprovado para publicação em agosto de 2012